
SNIC 50 ANOS

O Cimento no Brasil

A palavra CIMENTO é originada do latim CAEMENTU, que na antiga Roma designava uma espécie de pedra natural de rochedos não esquadrejada (quebrada). O produto é o componente básico do **concreto**, que é hoje o segundo material mais utilizado pelo homem, ficando somente atrás do elemento água. A história da sua evolução começa antes do século XVIII, mas se concretiza em meados de 1780, quando cientistas e pesquisadores europeus se empenharam em descobrir a fórmula perfeita para se obter o ainda pouco desenvolvido cimento hidráulico. A necessidade de se encontrar ligantes que pudessem servir de matéria-prima para argamassas de revestimento externo fez com que, no período entre 1780 e 1829, o cimento obtivesse algumas fórmulas e denominações diferentes como, “cimento romano” e “cimento britânico”. Foi em meados de 1830 que o inglês Joseph Aspdin patenteou o processo de fabricação de um ligante que resultava da mistura, calcinada em proporções certas e definidas, de calcário e argila, conhecido mundialmente até hoje. O resultado foi um pó que, por apresentar cor e características semelhantes a uma pedra abundante na Ilha de Portland, foi denominado “**cimento portland**”. A partir daí, seu uso e sua comercialização cresceram de forma gradativa em todo o mundo.

Ainda em 1855, na França, Joseph Louis Lambot apresentou inédita e oficialmente, na Exposição Universal de Paris, o “cimento armado”. O mais curioso é que o artefato em cimento era um barco. O “**cimento armado**” foi denominado assim até a década de 20, quando passou a ser chamado de concreto armado.

O desenvolvimento do Brasil no fim do século XIX já exigia a implantação de uma indústria nacional de cimento. A remodelação da cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, a Primeira Guerra Mundial abriram um grande mercado adicional para o produto. Nesta época, o país importava 40 mil toneladas de cimento da Europa. As tarifas de importação da época, 30%, também foram um forte estímulo para que os empreendedores brasileiros pudessem concretizar seus sonhos de instalar esta indústria no Brasil. Em 1888, o Engº. Louis Felipe Alves da Nóbrega e o Comendador Antônio Prost Rodovalho começaram os trabalhos de prospecção no Nordeste e em São Paulo, respectivamente. O Engº. Louis Nóbrega visou a utilização dos calcários expostos nos arredores da capital do Estado do Paraíba. Já o Comendador Rodovalho, idealizou o

aproveitamento das reservas calcárias de grandes pedreiras situadas nas vizinhanças de Sorocaba.

O primeiro a produzir cimento no Brasil, portanto, foi o engenheiro Louis Nóbrega, por um curto período de 3 meses, no ano de 1892. A Usina Rodovalho funcionou até 1904, produzindo o cimento “Santo Antonio”. Retornou à atividade em 1907, lançando no mercado os produtos com as marcas “Lage”, “Torquês” e “Meia Lua”, tendo sido definitivamente extinta em 1918.

Uma terceira iniciativa pioneira de implantação de fábrica de cimento no Brasil ocorreu no Espírito Santo, em 1912, através de um fracassado programa estatal de industrialização pelo Governo do Estado. A fábrica - Cimento Monte Líbano - , em sua fase primitiva, nunca chegou a funcionar regularmente tendo sido paralisada em 1924, quando foi arrendada e remodelada, operando com grandes paralisações temporárias até encerrar definitivamente suas atividades em 1958.

O Desenvolvimento da Produção

O ano de 1926 se constituiu num verdadeiro marco para a indústria do cimento no Brasil. Naquele momento, graças à visão empreendedora e ao pioneirismo de empresários de diversas partes do País, o setor conseguiu enfrentar a concorrência do produto importado e mostrar à população brasileira que fabricava produtos de qualidade e dignos de confiança.

Esta divisão histórica fica clara quando analisamos os números da época. Até 1926, o Brasil importava de países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Dinamarca, Bélgica e Argentina cerca de 97% do cimento que consumia. O produto chegava ao mercado brasileiro onerado por despesas de frete, acondicionamento e direitos alfandegários. Naquela época, a importação chegava à marca de 400 mil toneladas anuais, enquanto que a produção local não passava de 13 mil toneladas por ano.

A indústria nacional, que já existia desde o final do século 19, encontrava grandes dificuldades para competir com o produto importado. A primeira delas era o seu alto custo de produção. Além disso, havia uma campanha de desmoralização do produto brasileiro, orquestrada pelos importadores de cimento.

Pouco antes de 1926, já começara a ficar claro que um país do tamanho e da importância do Brasil não poderia continuar a depender de importações de um produto como o cimento, principalmente se fossem consideradas suas abundantes reservas minerais. Em conjunto com uma série de fatores econômicos e políticos, o amadurecimento dessa idéia estimulou o ressurgimento da indústria do cimento no Brasil, agora numa retomada definitiva e com todas as condições de competir com o produto importado. Começava, então, uma nova era para o setor.

Um símbolo dessa fase é a inauguração, em 1926, da Companhia Brasileira de Cimento Portland, em Perus, a 23 quilômetros da cidade de São Paulo. A instalação da nova fábrica representou o início do processo de crescimento da produção brasileira de cimento, que saltou imediatamente de 13.000 toneladas em 1926 para 54.000 em 1927, 88.000 em 1928 e 96.000 em 1929. O cimento Perus havia conquistado o mercado e superado todas as desconfianças dos consumidores.

A partir daí, a indústria brasileira do cimento iniciou um consistente processo de consolidação e crescimento. Depois de sete anos de hegemonia da Companhia Perus, a Companhia Nacional de Cimento Portland, subsidiária da norte americana Lone Star, entrou no mercado cimenteiro. Adquiriu uma jazida calcária recém descoberta em Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, e em seguida inaugurou sua fábrica no município de São Gonçalo, lançando o hoje tradicional cimento Mauá. O resultado é que, já em 1933, a produção nacional começava a ultrapassar as importações.

Fonte:

- “A Indústria do Cimento no Brasil - Aspectos de seus Custos e Desenvolvimento”
CONSULTEC - 1967

O Cimento e a Industrialização do País

O advento da Segunda Guerra Mundial foi um marco para a indústria nacional de cimento, que havia se consolidado no Brasil pouco antes do conflito. Com as naturais dificuldades de importação, as empresas brasileiras floresceram e registraram um acelerado ritmo de crescimento da produção. A quantidade de cimento fabricado no Brasil passou de 697 mil toneladas em 1939 para 810 mil toneladas em 1944.

Após a guerra, devido a investimentos estrangeiros e estatais, o Brasil entrou em um acelerado processo de desenvolvimento industrial e de sua infra-estrutura, cujos maiores símbolos são a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1946, a construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, e a instalação da indústria automobilística, em meados da década de 50. Essa etapa mudou definitivamente a face do País, que deixou de ser uma nação eminentemente rural e agrária para ser, também, uma sociedade urbana e industrial.

Como não podia deixar de ser, a indústria do cimento foi um dos protagonistas desse processo. Com a crescente urbanização do País, a demanda pelo produto cresceu de forma exponencial, superando inclusive a capacidade nacional de produção, apesar dos grandes investimentos feitos no período. Os dados são realmente impressionantes: o consumo per capita de cimento saltou de 12,9 kg/ano em 1935, para 22,3 kg/ano no fim da guerra e para nada menos do que 67,7 kg/ano em 1962.

Os investimentos realizados pela indústria do cimento no período imediatamente posterior ao conflito mundial foram significativos. Entre 1945 e 1955, o setor inaugurou 16 novas fábricas, várias delas situadas fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, incluindo Estados como Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

O ano de 1945, por exemplo, foi marcado pelo início da produção do cimento “Zebu”, feito pela Companhia Paraíba de Cimento Portland, em uma unidade instalada nos arredores de João Pessoa. No ano seguinte, a Cimento Itaú inaugurou sua segunda fábrica, na cidade mineira de Contagem.

Em 1947, foi a vez do Rio Grande do Sul ganhar sua primeira unidade de fabricação de cimento, inaugurada no município de São Leopoldo pela Companhia Cimento Brasileira. Ainda no final da década de 40, o interior do estado do Rio de Janeiro voltou a se destacar no cenário da indústria cimenteira, com a instalação de uma fábrica da Companhia Cimento Portland Paraíso, no município de Campos, voltada para o abastecimento do interior fluminense, do sudoeste mineiro e da própria cidade do Rio de Janeiro.

Ainda assim, até 1955, o Brasil precisou importar quantidades crescentes de cimento para fazer frente ao aumento da demanda interna. Entre 1945 e 1953, o volume de cimento importado cresceu de 258 para 997 mil toneladas, apesar de a produção nacional ter atingido o patamar de 2 milhões de toneladas/ano.

A partir de 1956, no entanto, os investimentos realizados no Brasil puderam suprir a demanda interna, com uma produção da ordem de 3,2 milhões de toneladas. Desde então, o País se tornou auto-suficiente e a importação de cimento estrangeiro deixou de ser relevante.

Fontes:

“A Indústria do Cimento no Brasil - Aspectos de seus custos e desenvolvimento”

Estudo Consultec - 1967

Turbulência e Crescimento nos Anos 60

Com o atingimento da auto-suficiência no final dos anos 50, a indústria nacional de cimento iniciou um importante movimento para proteger o seu mercado e restringir as importações do produto. A iniciativa do setor estava plenamente de acordo com a política econômica naquele momento, fortemente marcada pela teoria da substituição de importações como motor para o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos.

Ao mesmo tempo, as indústrias nacionais procuravam se tornar cada vez mais eficientes, com foco na redução dos custos de transporte do produto, questão resolvida, em parte, com a maior utilização de navios do Lloyd Brasileiro. O período foi marcado ainda pelo aprofundamento

do processo de interiorização da indústria, com a inauguração de fábricas em Goiás e no Pará, levando a indústria cimenteira ao Norte do País.

Os anos 60 não foram, no entanto, um período fácil para a economia brasileira e, conseqüentemente, para a indústria do cimento. Na primeira metade da década, a instabilidade política, provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, pelas dificuldades do presidente João Goulart e finalmente pelo golpe militar, não ajudou o ambiente econômico e resultou numa queda abrupta do ritmo de crescimento e no aumento exponencial da inflação, que alcançou quase 100% ao ano em 1964.

Em 1963 e 1964, a ociosidade das empresas de cimento era de 17%. Além disso, nenhuma nova unidade foi inaugurada entre 1963 e 1966. O retorno aos investimentos só ocorreu em 1967, com a abertura da Companhia de Cimento Portland de Sergipe, em Aracaju.

O cenário mudou dramaticamente a partir de 1968. Naquele ano, a economia retomou o rumo do crescimento, marcado por um incremento do PIB da ordem de 11%. Como conseqüência do fenômeno e da falta de investimento nos anos anteriores, a indústria do cimento não conseguiu suprir a demanda interna, o que obrigou o País a voltar a importar o produto. Resultado: um aumento de 368% nas importações e uma queda de 52% nas exportações em relação aos volumes registrados em 1967.

A retomada do crescimento e o anúncio da realização de grandes obras públicas em todo o País animaram a indústria. Somente no período 68/69, três novas fábricas foram inauguradas: a Companhia Cearense de Cimento Portland, em Sobral; a Cimento Santa Rita, em Cubatão, São Paulo; e a Matsulfur, em Montes Claros, Minas Gerais.

O início de grandes obras de infra-estrutura marcou o fim dos anos 60 e representou um grande estímulo para o setor cimenteiro. Em 1969, o SNIC fechou questão com o governo, convencendo as autoridades de que a indústria nacional teria todas as condições de fornecer o cimento necessário para a construção da ponte Rio-Niterói, uma obra de engenharia que até hoje, mais de 30 anos depois, orgulha o Brasil.

A década de 60 termina com uma ótima notícia: o anúncio, por parte do SNIC, de um ambicioso plano de investimentos da ordem de US\$ 550 milhões para os próximos anos. O objetivo era elevar a capacidade da indústria cimenteira para 20 milhões de toneladas/ano a partir de 1975.

O Cimento na Década do Milagre Brasileiro

A década de 70 foi um período de grande crescimento para a indústria do cimento. Como conseqüência dos investimentos governamentais em obras de infra-estrutura, característica que

marcou o ciclo militar no Brasil, o setor recebeu um considerável estímulo para aumentar sua capacidade de produção e inaugurar novas unidades em todas as regiões do País.

O ano de 1970, por exemplo, foi marcado pelo início da construção da rodovia Transamazônica, símbolo máximo de um período em que o País investiu fortemente em sua integração e estruturação de uma rede viária de abrangência realmente nacional. Do lado da indústria, a resposta foi o começo da produção no município de Cantagalo, no Rio de Janeiro, região que se transformou em um dos maiores pólos cimenteiros do Brasil, devido ao seu calcário abundante e de boa qualidade.

Os investimentos em infra-estrutura não pararam por aí. No ano seguinte, o governo anunciava um ambicioso plano de construção de 4 mil quilômetros de estradas por ano, um projeto de grande importância para a indústria cimenteira. O setor também se beneficiou diretamente da construção da Ponte Rio-Niterói: o SNIC conseguiu que o governo abrisse concorrência entre as empresas nacionais para o fornecimento das 200 mil toneladas de cimento necessárias para a obra, derrotando aqueles que defendiam a importação do produto.

As obras públicas monumentais e o forte ritmo de crescimento da economia que chegou a um recorde de 14% em 1973, tendo alcançado o nível de dois dígitos em vários anos daquela década, animaram a indústria a investir. Em 72, foram inauguradas três novas fábricas: a da Itapetinga, em Mossoró, Rio Grande do Norte; a da Gaúcho, em Pinheiro Machado, Rio Grande do Sul; e a da Tocantins, em Sobradinho, Distrito Federal.

No ano seguinte, mais seis unidades: a da Itapicuru, em Codó, Maranhão; a da Salvador, na cidade de Salvador; a da Cauê, em Mesquita, Minas Gerais; a da Serrana, em Jacupiranga, São Paulo; a da Itaú do Paraná, na cidade de Rio Branco; e a da Pirineus, em Corumbá de Goiás.

A redução do ritmo de crescimento geral no período 74/75, como consequência da primeira crise do petróleo, não diminuiu o entusiasmo do setor cimenteiro, que continuou a inaugurar unidades, aumentando sua capacidade de produção. Em 1974, entrou em operação uma fábrica da Camargo Corrêa, em Apiaí, São Paulo; no ano seguinte, foi a vez das unidades da Ciminas, em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, e da Votorantim, em Cantagalo.

Naquele momento, o SNIC conseguiu também uma importante vitória para a indústria, ao obter do Conselho Interministerial de Preços (CIP) a inclusão do item "investimentos" na fórmula de cálculo dos reajustes de preço do cimento. Vale lembrar que, naquela época, qualquer aumento de preço precisava ser previamente aprovado pelo CIP.

A segunda metade da década foi marcada pela construção das monumentais hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, indicando a continuidade de um período de prosperidade para o setor cimenteiro. Com isso, duas novas fábricas, as da Soeicom e da Tupi, em Minas Gerais foram inauguradas em 1976. Nos anos seguintes, mais sete outras unidades: a da Ibacip, em Barbalha, Ceará; a da Cisafrá, em Campo Formoso, Bahia; a da Votorantim, em Volta Redonda, Rio de Janeiro; a da Itabira, em Capão Bonito, São Paulo; a da Santa Rita, em Salto de Pirapora, São Paulo; a da Ciplan, em Sobradinho; e a da Brennand, em São Miguel dos Campos, Alagoas.

Uma nova crise do petróleo impediu, no entanto, que a economia brasileira encerrasse a década com chave de ouro. Como consequência do aumento do preço daquele produto, em relação ao qual o Brasil era fortemente dependente de importações, o governo foi obrigado a racionar seu consumo, ameaçando diretamente o suprimento do setor. Era o prenúncio de uma década mais difícil para a indústria do cimento.

A Indústria do Cimento na Década Perdida

A prosperidade experimentada pelas indústrias de cimento na década de 70 deixou saudade nos anos seguintes. As dificuldades da década de 80 foram enormes para a economia brasileira e, como não poderia ser diferente, o setor cimenteiro também foi afetado. As diversas crises enfrentadas pela economia mundial levaram o setor a registrar uma queda brusca na demanda pelo produto.

A queda na demanda foi consequência direta da forte recessão da economia, da instabilidade dos mercados internacionais e da complexa situação política do País. Durante os anos 80, o Brasil experimentou crises nunca antes vistas. A inflação alcançou a casa dos três dígitos e não parou por aí: em 1989, ano da eleição de Fernando Collor para a Presidência da República, o IGP-DI chegou a 1.782,90%.

A recessão mundial e a consequente queda dos investimentos resultou num período de pouca atividade para a construção civil. Durante a década perdida, as empresas de cimento chegaram a operar com capacidade ociosa de 55%, com demanda de apenas 20 milhões de toneladas/ano, quando a capacidade instalada total era de 45 milhões de toneladas/ano.

Ainda assim, a década foi marcada pela continuidade dos investimentos do setor e pela importante consolidação de Cantagalo, no Rio de Janeiro, como um dos grandes pólos cimenteiros do Brasil. Já em 1981 a Cimento Mauá S.A inaugurava uma fábrica na região, com capacidade instalada de 700 mil toneladas/ano.

Em 1983, um susto para o setor: foi registrada a maior queda no consumo de cimento da história da indústria brasileira, 18,1%. Mesmo com este cenário negativo, pode-se destacar a inauguração da fábrica da CIMESA, do Grupo Votorantim, em Laranjeiras, Sergipe, com capacidade para 550 mil toneladas/ano.

A indústria sofreu com mais quedas na demanda pelo produto. Em 1984 a redução no consumo foi de 7,11%, como resultado do quarto ano sucessivo de recessão no País. A notícia no período foi a conclusão da unidade de moagem do Grupo Paraíso no município de Serra, no Espírito Santo, projeto executado para aproveitar a escória de alto-forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

No plano político, a década de 80 ficou marcada pelo movimento das Diretas Já, e pela inesperada morte de Tancredo Neves, primeiro Presidente civil eleito após o fim do regime militar.

Com a posse do Vice-Presidente José Sarney em 1985, a situação parecia que iria mudar. A edição do Plano Cruzado, em 1986, trouxe uma forte recuperação do setor da construção civil, estimulado principalmente pela utilização das aplicações financeiras, que antes só visavam à manutenção do seu valor real e liquidez. O aumento nas vendas de cimento foi de 22,2%, o que transformou o Brasil no 7º maior produtor mundial.

Destaque para a inauguração da primeira fábrica de cimento do Amazonas, a segunda da região Norte. Foi a CAIMA, atual Itautinga, do Grupo João Santos, em Manaus.

No período 87/88, a produção de cimento manteve-se estável em 25 milhões de toneladas por ano. O fim do congelamento de preços e da euforia consumista impediu novas altas no consumo de cimento. No período foi registrada a abertura da Cimento Poty da Paraíba, do Grupo Votorantim, com fábrica no município de Caaporã/PB.

A década terminou praticamente da mesma forma como começou: com um cenário pessimista e a economia brasileira perto da bancarrota. Ficava a esperança de que o Presidente eleito fosse capaz de segurar a crise econômica e acabar com a hiperinflação.

Anos 90 e 2000: Altos e Baixos da Economia

A década de 90 foi marcada por dois fatos importantes para a indústria cimenteira: a liberação dos preços do produto, depois de décadas de controle governamental, e o processo de reestruturação do setor, marcado pelo investimento multinacional. Outra característica importante do período foram os vai-e-vens econômicos, que tiveram forte impacto sobre o desempenho da indústria e do próprio mercado.

A última década do século XX iniciou-se com a esperança da população depositada na eleição do primeiro presidente civil após o período da ditadura militar. Entretanto, o ano de 1990 reproduziu o fraco desempenho da década anterior: caos total no cenário econômico, com o PIB registrando queda de 4% no período. Em março daquele ano, o recém-empossado Fernando Collor de Mello determinou o bloqueio de todos os ativos financeiros da população, como forma de impedir o avanço da inflação. No período do congelamento, a defasagem do preço do cimento chegou a 45%. O retrato desta situação foi uma nova queda na produção (-0,28%).

No ano seguinte, o cenário mudou completamente. Apesar da inflação ainda elevada, o setor registrou um importante recorde: a produção subiu 6,35%, atingindo o patamar de 27 milhões de toneladas. A outra boa notícia de 1991 foi a decisão do governo de acabar com o controle de preços sobre o cimento, exercido desde 1968 pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). A mudança atendeu a um importante pleito do setor, que, por meio do SNIC, conseguiu mostrar às

autoridades o anacronismo daquele controle. Um dado importante: ao contrário do que se imaginou inicialmente, com a liberação, os preços do cimento caíram, como consequência do acirramento da competição entre as empresas do setor. Destaque ainda para a inauguração da fábrica do grupo Votorantim em Nobres, Mato Grosso.

Entre 92 e 93, o conturbado cenário político com o impeachment do presidente Collor impediu que o setor mostrasse qualquer tipo de recuperação. O consumo caiu 12,16% em 1992, subindo apenas 3,4% em 1993. O destaque do período foi a criação do Cementsur - Industria del Cemento del Mercosur - que trabalhava no desenvolvimento de atividades nas diversas áreas de interesse do setor. Em 1993, outros fatos importantes foram a construção da fábrica da Camargo Correa em Bodoquena, Mato Grosso do Sul, e a instalação da unidade de moagem da Matsulfur, em Brumado, Bahia.

Com a criação do real em 1994 pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a indústria do cimento nacional começa imediatamente a sentir os efeitos da estabilização da economia e do aumento do poder aquisitivo da população. O reflexo foi imediato. A tranqüilidade trazida pelo Plano Real impulsionou o mercado e, em 1995, o setor ultrapassou as 28 milhões de toneladas produzidas. O consumo cresceu vertiginosamente, registrando altas consecutivas de 0,87%, 12% e 23% nos anos de 1994, 1995 e 1996. Isso se refletiu na inauguração de uma nova fábrica do grupo João Santos, em Itaguassu, Sergipe.

A estabilização da economia e o grande potencial do mercado brasileiro provocaram um forte movimento de investimentos no setor cimenteiro naquele período. Grupos familiares acabaram sendo adquiridos por players de maior porte, e o País voltou a receber recursos de investidores estrangeiros. Em 1996, o grupo suíço Holcim - que já controlava a Ciminas, em Pedro Leopoldo (MG), e a Ipanema, em São Paulo - comprou o Grupo Paraíso, com fábricas no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em 1997, foi a vez do grupo português Cimpor desembarcar no Brasil, comprando a Companhia Cimento São Francisco (Cisafra), e as três unidades de produção de cimento da Bunge International Ltd. Ainda em 1997, outro fato de grande importância foi a compra da Cimento Cauê pelo grupo Camargo Correa, anexando a seu parque cimenteiro duas unidades de produção: Pedro Leopoldo (MG) e Santana do Paraíso (MG). Posteriormente, a Cimpor adquiriu as unidades de produção do grupo Brennand (Cesarina, em Goiás; Atol, em Alagoas; e Cimepar, na Paraíba) e a unidade de moagem de Brumado (BA), pertencente ao grupo Lafarge.

A Lafarge também investiu bastante no Brasil na década de 90. Em 1992, o grupo, maior produtor mundial de cimento, adquiriu o controle da Ponte Alta, de Uberaba (MG). Quatro anos depois, foi a vez da compra das fábricas da Matsulfur (Montes Claros, em Minas Gerais, e Brumado, na Bahia) e, em 1998, da Maringá, situada em Itapeva (SP).

No período de 1996 a 1999 o consumo e a produção de cimento subiram até alcançar o recorde histórico de 40,2 milhões de toneladas produzidas e consumidas. Em 1997, o consumo aparente de cimento portland foi de 38,4 milhões de toneladas. E em 1998 a produção total de

cimento foi de 39,9 milhões de toneladas enquanto o consumo aparente total foi de 40,1 milhões. Nesse mesmo período, a fábrica Ribeirão Grande passou ao controle da CP Cimento, controladora do grupo Tupi.

A partir de 1999 os resultados do setor começaram a fraquejar diante dos percalços econômicos. As seguidas crises econômicas no mundo e o término da paridade cambial fizeram com que o real se desvalorizasse rapidamente frente ao dólar, atingindo em cheio o consumo. Em 1999 o consumo de cimento chegou ao patamar recorde de 40 milhões, caindo em 2001 para 38,4 milhões para em seguida registrar a marca de 37,9 milhões em 2002. No ano de 2003, a queda foi mais significativa e o consumo totalizou 33,8 milhões de toneladas.
